

# Uma introdução ao debate crítico sobre os estudos regionais: para refletir o caso das regiões campeiras do Brasil Meridional

## Introduction to a critical debate on regional studies: reflecting the Campos region of Southern Brazil

*Edu Silvestri de Albuquerque*

Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Resumo:** O presente artigo refere-se as seguintes teses: a) a divisão territorial da riqueza (e não do trabalho) resulta numa valorização diferenciada de localidades no espaço; b) a propriedade privada de riqueza na forma de capital financeiro pode ser visto como o motor fundamental da economia-mundo; c) os recortes territoriais em base local-regional somente podem ser compreendidos quando se observam as interligações entre eventos locais e as conjunturas mundiais das forças produtivas.

Palavras-chave: estudo regional, regionalização, metodologias geográficas.

**Abstract:** This article refers to the following theses: a) the territorial division of wealth (and not of labour) results in differentiated values for localities; b) the private property of wealth in form of financial capital represents the basic motor of the economy-world; c) territorial local-regional clusters can only be understood if local events are linked to the development of world-wide productive forces.

Key words: regional studies, area differentiation, geographical methodologies.

### INTRODUÇÃO

Os estudos regionais apresentam uma larga tradição na ciência geográfica, lançando-se enquanto perspectiva metodológica independente ou recorte territorial fundamental para distintas correntes metodológicas da geografia (GO-

MES, 1995). Ainda que de modo simplificado, os estudos regionais de maior repercussão no Brasil têm privilegiado as escalas macrorregionais ou estaduais, destacando os casos do Nordeste (CASTRO, 1992; MORAES, 2002 e 2003; ANDRADE, 1988; OLIVEIRA, 1981), do Rio Grande do Sul (HAESBAERT, 1988; GOLIN,

1983; LOVE, 1977; OLIVEN, 1988), e da Amazônia (BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1991).

Descortina-se, portanto, a existência de uma indesejável lacuna bibliográfica (e talvez também uma tradição de subvalorização da produção regional efetivamente existente) em relação àquelas escalas intermediárias entre o lugar e essas unidades federativas ou macrorregionais do IBGE (BREITBACH, 2004). A ênfase na necessidade de aprofundar os estudos com recorte microrregional é também a perspectiva de Guimarães Neto (1997, p. 84):

Diante das mudanças que ocorreram e das quais resultou uma grande diferenciação das sub-regiões no interior das grandes regiões brasileiras, as políticas de desenvolvimento devem adequar-se a cada sub-região, atendendo às suas exigências próprias; ora enfatizando a maior disponibilidade de infra-estrutura, ora a inovação tecnológica e a sua difusão em segmentos específicos, ora a formação, capacitação e treinamento da força de trabalho, ora a reestruturação produtiva de sub-regiões críticas.

Encontrar os limites microrregionais é a tarefa mais simples para o pesquisador, pois invariavelmente devem obedecer aos mesmos critérios gerais consagrados para a delimitação dos recortes regionais: individualidade, homogeneidade interna e continuidade. Aparentemente menos tranqüila é a questão da articulação da escala microrregional com a escala mundial e as escalas intermediárias. Igualmente problemática é a questão do “elemento estruturante” capaz de demonstrar ao mesmo tempo a singularidade da microrregião estudada e sua universalidade a partir de suas ligações para além de seus limites geográficos.

Pensando especialmente o caso das microrregiões campeiras do Brasil Meridional, este artigo visa discutir essas ques-

tões de ordem teórico-metodológicas, mais exatamente a partir de uma dada proposta de objeto geográfico e de articulação escalar.

## A QUESTÃO DA NATUREZA DO OBJETO GEOGRÁFICO

No presente, o entendimento da organização territorial, em quaisquer de suas escalas, deve partir do reconhecimento de uma totalidade material (produtiva e social) global e universal. É dessa onipresença das forças produtivas mundializadas que nasce o objeto da ciência geográfica moderna, uma vez que as interpenetrações e contradições entre os fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais se materializam no espaço geográfico enquanto diferenciação territorial explícita.

A necessidade dos homens produzirem materialmente suas vidas é a dimensão mais evidente e fundamental das relações sociais, e por isso mesmo, é que somente a desconstituição dessa materialidade permite a compreensão plena da natureza das relações sociais incluindo sua instância territorial. Para a ciência geográfica de matriz marxista, o processo de desconstituição do capital experimentou versão pioneira com a obra *Por uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin (1980), com a proposta de entendimento das relações sociais econômicas e também culturais e políticas, a partir do mesmo elemento fundamental: a realização da mais-valia pela categoria histórica do trabalho. Nessa abordagem, mesmo uma instituição milenar como a Igreja Católica era “decomposta” enquanto capital fixo (os templos) e capital variável (os fiéis).

Mais recentemente, Idaletto M. Aued (1999 e 2002) propôs uma releitura da obra marxista como desconstituição do capital a partir do capital que tem o dinheiro por mercadoria, vulgarmente conhecido como

capital financeiro. Nessa proposta, não é a categoria trabalho ou a produção de mercadorias agrícolas ou industriais o fundamento último do capitalismo atual, mas o instituto da propriedade privada (de terras, de fábricas, de capital financeiro). Com efeito, o “capital financeiro” representa hoje a forma suprema das relações de propriedade privada entre os homens, verdadeiro elo da coesão social e da reprodução social desigual (AUED, 1999).

As implicações para os estudos microrregionais são evidentes: qualquer tarefa produtiva local representa tão-somente a realização do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas mundiais, determinado a partir do comando do capital financeiro<sup>1</sup>

(...) no transcurso do século XX, a apreensão da natureza do capital transcende amplamente os limites empíricos da fábrica, ao se consolidarem por todos os domínios econômicos os elos sociais de produção em detrimento de qualquer empresa ou tarefa individual (AUED, 1999). Trata-se da formação de verdadeira mais-valia global (SANTOS, 1997a), cimento da articulação das forças produtivas fixadas territorialmente ao mercado mundial e ao sistema financeiro mundial (AUED & ALBUQUERQUE, 2005, p. 47)<sup>2</sup>.

Outro ponto evidente para os estudos

microrregionais é que atualmente é o capital financeiro que determina as possibilidades e os limites das reivindicações das elites locais, uma vez que as condições de geração de riqueza pela produção ou renda passam pelo acesso ao sistema de crédito ou pelo uso dos fundos públicos. Mas ao contrário de outras etapas do capitalismo, a posse de terras ou plantas industriais é condição insuficiente para a geração ampliada de riqueza, obrigando a redefinição do sentido de elites para abarcar outros segmentos sociais também privilegiados pelo acesso ao sistema de crédito.

A própria sobrevivência de segmentos sociais que não se “encaixam” na tradicional definição de elite, como os assentados e cooperados, depende dos recursos das instituições públicas ou do sistema privado de crédito (isto se desejarem algum êxito na ativação da produção agrícola ou agroindustrial). A diferenciação social no seio dos pequenos produtores rurais e no movimento cooperativista tende a se fazer cada vez mais presente também no campo brasileiro.

Por certo, outras matrizes teórico-metodológicas compartilham desse esforço de sistematização capaz de auxiliar na apreensão da sociedade enquanto totalidade em movimento, relacionando de forma positivista (causa-efeito) ou dialética (múl-

<sup>1</sup> Como fez notar a teoria de redes, os conceitos de informação e automatismo tornam-se vitais para o entendimento da natureza do espaço geográfico. Sérgio Gertel resgata o pensamento de Pierre de Latil sobre o papel da máquina na sociedade moderna: “(...) a informação é comando (o comando faz variar a execução – o sinal, fá-la variar no tempo e no espaço, (...) a máquina substitui o homem no comando de uma peça: (...) automatismo é a distribuição, pela máquina, de sua energia de comando.” (2002, p. 194). Ora, a manutenção das operações produtivas e a incorporação de inovações tecnológicas dependem fundamentalmente do acesso ao sistema financeiro de crédito e/ou aos fundos da dívida pública.

<sup>2</sup> Ao apresentar o conceito de “regime de acumulação flexível”, David Harvey (1993, p.266) conseguiu dar sentido teórico a essa enorme gama de formas de extração de mais-valia reunidas pelo capital financeiro, destacando sua capacidade de redesenhar sucessivamente a geografia mundial: “*Surgem novos conjuntos industriais, por vezes a partir do quase nada (como os vários vales e planícies do silício), mas com mais frequência a partir de alguma mistura preexistente de habilidades e recursos. A “Terceira Itália” (Emilia-Romagna) se baseia numa mistura particular de empreedimentismo corporativo, trabalho artesanal e administrações comunistas locais ansiosas por gerar empregos, e insere seus produtos de vestuário, com incrível sucesso, numa economia mundial altamente competitiva. Flanders atrai capital externo com base numa oferta de trabalho dispersa, flexível e razoavelmente habilidosa profundamente hostil ao sindicalismo e ao socialismo. Los Angeles importa os sistemas patriarcais de trabalho altamente bem-sucedidos do sudeste asiático por meio da imigração em massa, enquanto o celebrado sistema paternalista de controle do trabalho dos japoneses e de Taiwan é importado pela Califórnia e pelo sul do País de Gales. É uma historia diferente em cada caso, o que da a impressão de que a peculiaridade desta ou daquela circunstancia geográfica importa muito mais que antes. Contudo, ironicamente, isso só ocorre por causa da queda de barreiras espaciais.*”

tiplas determinações), ainda que não-materialista, suas dimensões econômica, territorial, política e cultural. Contudo, cada vertente de pensamento estabelece sua própria hierarquia e grau de autonomia (absoluta ou relativa) entre os fatos constituintes da vida social.

As críticas exageradas e incompletas quanto à suposta supervalorização do *Homo economicus* pela filosofia marxista (MORIN, 2003; 2004) e o resgate da “visão culturalista”<sup>3</sup> repercutem diretamente no debate quanto aos rumos da ciência geográfica. Essas críticas são exageradas porque, primeiro, a busca incessante da ampliação da riqueza e o sistema de propriedade privada permeiam a sociedade não por uma idéia ou vontade dos materialistas dialéticos, mas por ser esta a lógica de organização emanada do capitalismo, e segundo, porque a transformação dessa sociedade desigual em formas mais igualitárias e autônomas passa inevitavelmente pela resolução de suas questões materiais mais prementes (salvo que se queira destruir junto com o *Homo economicus* o próprio *Homo sapiens* e seu projeto de civilização). Finalmente, as críticas esboçadas são incompletas porque incapazes de perceber o sentido mais abrangente da obra marxista, que se apresenta como filosofia em obras como *Os Manuscritos Econômicos-Filosóficos* e *A Ideologia Alemã*. Se uma obra como *O Capital* é elevada ao pedestal, ao passo que uma obra fundamental como *O Rendimento e suas Fontes* permanece em relativo anonimato, isso perpassa não o reducionismo de Marx, mas de seus leitores. Afinal, o materialismo marxista resulta do evidente fato de que a natureza do homem é deter-

minada pela produção (social) da vida, natureza essa ocultada pelo fetiche do dinheiro e, portanto, representa verdadeiro absurdo considerar isto como viés economicista.

## A DIMENSÃO POLÍTICA E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Octávio Ianni (1977, p. 313) alertava que a divisão social do trabalho (da riqueza) está presente no próprio sistema político-administrativo nacional, “*devido à crescente diferenciação interna da sociedade brasileira*”. O acirramento da competitividade mundial e a exigência de concentração de capitais a níveis inéditos na história reforçam a justaposição entre Estado e Mercado. As normas e os fundos públicos são direcionados para a competitividade da infra-estrutura produtiva e o financiamento direto à produção. Além disto, a mística (re)criação da “máquina produtiva nacional” exige o estreitamento dos laços que amarram o destino nacional ao capital financeiro globalizado, atacando os pilares da soberania nacional e implodindo sua “*malha de gestão interna*” (SOUZA, 1992).

A maior efemeridade das formas produtivas atuais decorre justamente desse novo regime de acumulação capitalista baseado na aceleração das inovações tecnológicas aplicadas ao processo produtivo (HARVEY, 1993). O caráter altamente tecnológico da produção leva unidades industriais e regiões inteiras à obsolescência e representa o acirramento da contradição entre o mundo da produção de riqueza e o mundo do trabalho (MARX, 1867; SANTOS, 1994; AUED, 1999; KURZ, 1993).

<sup>3</sup> A atual (re)valorização da perspectiva culturalista ocorre tanto através do resgate do estudo paradigmático de Max Weber (1904-1905), quanto das recentes obras de geografia cultural como as de Paul Claval (2001). Nessas abordagens, o complexo sistema de determinações recíprocas (a dialética) tende a privilegiar os eventos culturais diante dos fenômenos econômicos e políticos. Algo análogo ocorre com a geografia política, através do resgate dos clássicos de Friedrich Ratzel (*Politsch Géographie*, de 1882) ou da crítica “geografia do poder” da Escola Francesa representada pelos trabalhos mais antigos de Paul Claval (1979) e Claude Raffestin (1980). Essas abordagens distintas não representam em si perspectivas menos enriquecedoras nem superiores, tão-somente formulações diferenciadas sobre os fenômenos sociais investigados.

O poder público simplesmente não sabe o que fazer com o dramático crescimento do tempo ocioso da classe trabalhadora, direcionando subsídios sociais diversos que se revelam sempre insuficientes.

Situação similar ocorre com as políticas desenvolvimentistas orientadas para regiões consideradas em “atraso relativo”, caso do sertão nordestino ou das regiões campeiras meridionais. As instituições públicas propõem combater a “desvalorização econômica regional” por meio de maiores investimentos de capital, como se os problemas sociais de hoje já não fossem derivados de investimentos realizados no passado. Elevar a competitividade do “tecido regional” produtivo (definição a rigor igualmente sem sentido) representa dispensar mais homens do processo de produção e ampliar a diferenciação social interna; além de colocar a divisão inter-regional da riqueza em novo patamar.

## A QUESTÃO DAS ESCALAS

Diversos estudos sobre o desenvolvimento regional realizados por geógrafos (SMITH, 1988; LIPIETZ, 1988) e economistas (ABLAS, 1985; CANO, 1985), incluindo aqueles mais recentes (SANTOS, 1996; ARROYO, 2003; AUED, 2002), destacam a natureza cambiante das solidariedades regionais num mundo em que as solidariedades territoriais estabelecidas pela produção capitalista confundem (articulam) fronteiras e escalas.

Em verdade essa realidade transfronteiriça e transescalar não é nova, especialmente em terras brasileiras. O

nordeste açucareiro da “Zona da Mata”, articulando regionalmente o sertão pecuarista, e externamente articulado ao mercado consumidor europeu, é um exemplo óbvio. Outro é o vasto domínio dos campos naturais do Pampa Sul-Americano, que se estende por terras argentinas, uruguaias e sul-brasileiras, que produziu uma paisagem relativamente semelhante por toda essa região fronteiriça, ainda mais pela disseminação do sistema de propriedade privada com base no latifúndio pecuarista<sup>4</sup>

Essa visão macro-espacial sobre o Pampa Sul-Americano é descrita pelo historiador Eric Hobsbawm nas obras *A Era das Revoluções (1981)* e *A Era do Capital (1979)*, que cobrem o agitado período histórico de 1789 a 1875, quando o capitalismo triunfa politicamente e consolida a organização de verdadeiro espaço mundial. As implicações práticas dessa “visão espacial” são trabalhar os eventos locais a partir de suas ligações com os eventos externos e romper com os regionalismos e localismos derivados da concepção geopolítica de fronteiras que reforçam sentimentos de identidades e alteridades<sup>5</sup>.

Nos dois próximos parágrafos são descritas brevemente as regiões platinas de Salto (Uruguai) e da bacia do Saladero (Província de Buenos Aires, Argentina), com o intuito de demonstrar que bem poderiam corresponder aos Campos Gerais do Paraná ou ao Pampa Gaúcho, pois estão igualmente voltadas para a pecuária praticada extensivamente e em regime de grande propriedade de terras e são geradoras de riqueza e pobreza em níveis ab-

<sup>4</sup> Embora a historiografia oficial brasileira destaque o papel pioneiro da Região Sul do Brasil na formação de um mercado interno pelo fornecimento de animais de transporte e de subprodutos da pecuária às regiões de mineração das Minas “Gerais” e cafeeiras fluminenses, desde cedo as regiões campeiras sulistas destacaram-se também enquanto produtoras de mercadorias para a exportação, principalmente couro e erva-mate.

<sup>5</sup> As políticas de planejamento regional para essa vasta área subcontinental também deveriam partir da reflexão sobre as experiências históricas de desenvolvimento econômico de ambos os lados das fronteiras. Nesse sentido, é paradigmática a organização das *Jornadas de História Regional Comparada*, que se realizam desde 2000, em Porto Alegre, sob a coordenação da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS), reunindo pesquisadores sociais de diversas especialidades provenientes do Brasil, Uruguai e Argentina (principalmente das províncias de Corrientes, Santa Fé, Entre Ríos, Córdoba e Misiones), e que não por coincidência corresponde à base territorial do antigo projeto republicano e federalista de *Jose Artigas*.

surdos. Com efeito, a exclusão social nessas regiões se manifesta nos elevados índices de miserabilidade, piores mesmo que as respectivas médias nacionais, e no efeito devastador do êxodo rural. É significativo que o Departamento de Salto apresente densidade demográfica de apenas 8,3 hab/km<sup>2</sup> (1996), bastante abaixo da média uruguaia de 18 hab/km<sup>2</sup>, e mesmo inferior aos 10,4 hab/km<sup>2</sup> da média do interior do país, reflexo da “*explotación ganadera del tipo extensivo, caracterizado por un claro predominio del sistema del latifundio*”, e que tem levando a uma situação mesmo de decréscimo de sua população rural nas últimas décadas (AGUILAR, 1987, p.45).

De forma análoga, para J. Sábato (1980, p.17) a explicação da crise social e econômica do pampa argentino encontra-se no monopólio latifundiário, considerado verdadeiramente óbice ao desenvolvimento regional: “*En suma, la concentración de la propiedad en manos de los grandes terratenientes pampeanos no sólo era la causa del estancamiento productivo de la región sino también, y mas importante, (...) de la sociedad argentina.*”

Essa dinâmica econômica e social pampeana envolve extensas áreas da Região Sul do Brasil que apresentam paisagem original de campos naturais associada historicamente ao binômio pecuária extensiva – latifúndio. A concentração fundiária representou a base histórica de ocupação dos campos gaúchos (o Pampa e os Campos de Cima da Serra), paranaenses (os Campos de Lapa e de Jaguariaíva<sup>6</sup>), catarinenses (os Campos de Lages e de Curitibaanos), e até paulistas (os Campos de Itapetininga) se considerados os antigos limites regionais. Essa é região brasileira do “complexo pecuarista” (couro,

charqueadas, frigoríficos), do extrativismo com beneficiamento em escala industrial (erva-mate, madeira), e das culturas comerciais de grãos (arroz, soja). A circulação regional é pioneiramente garantida com o “Caminho dos Tropeiros”, aberto na década de 1870, e a integração ferroviária regional, completada em 1904, mas é a “extroversão” de suas economias para os mercados extra-regionais que lhes confere elevado grau de unidade (basta ver a pauta exportadora dos principais portos regionais).

A observação de Eric Hobasbawn (1981) sobre os eventos locais a partir de suas relações com a materialidade produzida em escalas mais amplas remonta a Karl Marx, caso do clássico *A Ideologia Alemã* de 1845, e se prolonga até as obras mais recentes de Milton Santos (1994; 1996). Invariavelmente, está presente nessas obras a idéia de que a materialidade do mundo repercute por todos os lugares através de formas econômicas, culturais e políticas específicas. Por assim dizer, não existe “aldeia” que não contenha o movimento do mundo, seja pela positividade (presença local) ou negatividade (ausência local) dos elementos materiais. Assim, por exemplo, a compreensão dos processos de desvalorização sócio-territoriais das regiões campeiras meridionais exige a apreensão dessa materialidade do mundo, onde mesmo os traços de negatividade (ausência) refletem exatamente as possibilidades históricas esgotadas para eventos locais, caso do tecido produtivo herdado que se desvaloriza diante da nova materialidade construída em outros lugares.

Com efeito, sem considerar a escala-mundo o pesquisador regional não conseguirá alcançar sucesso na explicação tanto

<sup>6</sup> Os municípios dos Campos de Lapa e dos Campos de Ponta Grossa formam, praticamente, a região conhecida por Campos Gerais. Os Campos de Jaguariaíva geralmente ficam de fora desse recorte territorial por representarem domínio de vegetação de campo cerrado, diferenciando-se, portanto, da paisagem dos campos limpos presentes nas duas primeiras áreas.

da histórica condição de riqueza das regiões campeiras meridionais (as mais “luminosas” de seus respectivos estados), quanto do lento e profundo processo de desvalorização sócio-territorial que atualmente rebate nessas mesmas áreas através dos seguintes elementos:

– *desvalorização social*: as elevadas taxas de miséria urbana e rural nas regiões campeiras são determinadas pelo excedente de trabalhadores em face das reduzidas necessidades locais do processo produtivo;

– *desvalorização política*: a perda de representatividade política dos municípios das regiões de campo sulistas, sobretudo causada pelo êxodo rural, ocorre tanto em favor de outras regiões de seus respectivos estados quanto de outras unidades federativas (a “metade sul” gaúcha viu sua participação no total da população estadual decrescer de 53,8% em 1890 para 31,13% em 2000);

– *desvalorização produtiva*: resultado do fechamento de indústrias que realizaram sua potencialidade histórica de valorização, do elevado grau de ociosidade do capital fixo principalmente em indústrias tradicionais, e da perda de valor relativo dos produtos comercializados, todos efeitos localizados da concorrência inter-capitalista;

– *desvalorização ecológica*: são inúmeros os problemas sócio-ambientais regionais, tais como: a) o processo de avanço da arenização ou “desertificação” que transformou em solos estéreis quase um quarto da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (Zero Hora, 02.06.1999); b) o desmatamento quase total já na primeira metade do século passado das manchas de florestas mistas de araucária nos Campos Gerais paranaense pela avidéz da indústria madeireira; c) os flagelados das frequentes inundações das áreas de várzea do pampa gaúcho (produto tanto das ocupações irregulares da planície de inundações

do rio Uruguai quanto do uso agrícola intensivo do solo ao longo de sua bacia hidrográfica e que provoca a erosão e o assoreamento).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência geográfica tem avançado no sentido da compreensão da dinâmica das forças produtivas mundiais e das “ligações” entre o capital financeiro global e os processos de reestruturação econômico-territorial, situando a nova geografia da produção a partir dos conceitos miltonianos de “circuito espacial de produção” e “círculos de cooperação” (substitutos dos circuitos regionais de produção) e de “meio técnico-científico-informacional” (substituto dos conceitos tradicionais de meio geográfico) (SANTOS, 1994 e 1996).

Nessa perspectiva mais profunda (universal) e ampla (global) do capitalismo, “cada lugar é um momento, sempre transitório, que se amplia ou se reduz ou modifica a relação capitalista como produtora de mais-valia” (AUED, 2002, p.23), no que Milton Santos chama de “mais-valia global”. O lugar não enquanto produto da divisão territorial do trabalho (categoria irremediavelmente moribunda pelo efeito da automação do processo produtivo), mas produto da divisão capitalista do território. Essa divisão territorial da riqueza se desdobra em complexas e fugazes hierarquias de lugares, afinal é o grau diferencial de valorização capitalista dos territórios que determina o estatuto científico de um objeto de geográfico.

Ao pesquisador regional cabe romper com as amarras do localismo que tende a interpretar os eventos locais como que independentes de contextos maiores, como se a região pudesse ser determinada apenas a partir de seus elementos constituintes internos. A interpretação dos eventos econômicos e sociais vivenciados nos

Campos Gerais do Paraná deve superar essa escala justamente porque repercutem neles as materialidades produzidas mundialmente. Afinal, a história e o território dos Campos Gerais não são apenas produtos da vontade local, mas da relação do lugar com as demais escalas geográficas, no que se convencionou chamar de “desenvolvimento das forças produtivas mundiais”. O desvelar desses “nexos geográficos” entre o local e o mundial interessa particularmente aos “geógrafos humanos”, mas também não pode ser negligenciado pelos “geógrafos físicos” preocupados com a sociedade regional.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLAS, Luiz A. de Queiroz. **Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil**. São Paulo: Pioneira/FIPE, 1985.
- AGUILAR, R. P. **Extranjerización de las tierras nacionales**. Montevideo: Ed. Proyección, 1987.
- ANDRADE, Manuel C. de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.
- ARROYO, Monica. “Uma geografia do comércio exterior brasileiro a partir do território”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. V. Florianópolis. Anais. Florianópolis: ANPEGE, 2003, p.184-193.
- AUED, Idaleto M. **Marxismo e Geografia**. ALBA, R. S. et alii. **O ensino da Geografia no novo milênio**. Chapecó: Argos, 2002, p.13-58.
- \_\_\_\_\_. Capital e emancipação humana: o ser social. AUED, B. W. (Org.). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 109-132.
- AUED, Idaleto Malvezzi; ALBUQUERQUE, Edu S. de. O método da desconstituição do capital e a Geografia. **Terra Livre**, n. 24, p. 43-60, 2005.
- BECKER, Berta. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília, Rio de Janeiro: UnB, UFRJ, 1990.
- BREITBACH, Áurea C. de Miranda. A dimensão espacial nos estudos de economia regional, no Brasil: temas e interrogações recentes. **Ensaios FEE**, v.25, n. 1, p.171-202, abril, 2004.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.
- CASTRO, Iná E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1992.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural**. Florianópolis; EdUFSC, 2001.
- GERTEL, Sérgio. Globalização e meio técnico-científico: o nexo informacional. SANTOS, M. et al. **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002, p. 188-200.
- GOLIN, Tao. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.
- GOMES, Paulo César da C. O conceito de região e sua discussão. CASTRO, I. E. de et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 41-95, junho, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **RS latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HOBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filo-**



**sóficos e outros textos escolhidos.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. **O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Economistas, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORAES, Antonio C. Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis.** n. 4-5, p.11-26, 2002-2003.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

\_\_\_\_\_. **Em busca dos fundamentos perdidos – textos sobre o marxismo.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

OLIVEN, Ruben G. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **PPG Antropologia Social/UFRGS,** n. 11, p. 07-45, jul., 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **Eligia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SÁBATO, J. F. **La Pampa pródiga: claves de una frustración.** Buenos Aires: CISEA, 1980.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico. **Boletim Paulista de Geografia,** n. 71, p. 113-128, 1993.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia do sul do Brasil. **Capítulos de geografia urna e tropical.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p.225-277.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Claret, 2003.

(Recebido em 03/04/2007 e aceito para publicação em 04/06/2007)